

# O PROCESSO EDUCATIVO E A CONSTRUÇÃO DOS VALORES MORAIS E SOCIAIS: UMA QUESTÃO INTERDISCIPLINAR

*Profa. Dra. Áurea Maria de Oliveira  
UNESP/RC/IB/Depto. Educação*

## **RESUMO**

*O processo de construção da moralidade ocorre lenta e paralelamente à construção das estruturas cognitivas do indivíduo. Essas estruturas, por sua vez, obedecem a uma seqüência e hierárquica em que o aparecimento de cada estágio implica, necessariamente, a integração, a reorganização e a transformação das estruturas existentes no estágio anterior, pelo próprio sujeito, a partir das trocas que ele estabelece com o meio físico e social.*

No atual contexto histórico-político brasileiro é natural que nos preocupemos, em criar condições para que os indivíduos em fase de escolarização vivenciem o processo de construção dos seus próprios valores morais e sociais.

Aflora-se, em nossa sociedade, uma tentativa de transformação social que se reflete no questionamento dos princípios que regem as relações interpessoais. Observa-se um inconformismo em relação aos valores existentes. Estamos presenciando a deflagração de uma visão muito negativa do atual momento histórico, no qual o nosso país está inserido, aliado a um descrédito muito grande, por parte de todos os cidadãos, quanto às reais possibilidades de transformação.

Esse não conformismo e a ausência de preocupação com a reconstrução de novos valores, podem acarretar uma ruptura do equilíbrio social, a qual poderia vir a ser analisada como um fator positivo, no processo de construção da autonomia moral, caso não houvesse o risco de se transformar em um processo de anomia.

A transformação social somente será possível com a participação efetiva e consciente da população, o que significa que tal transformação está diretamente relacionada com o processo do desenvolvimento moral do sujeito e pelo sujeito que, por sua vez, supõe a construção das noções de cooperação, responsabilidade, reciprocidade, respeito, direito, dever, igualdade, equidade e justiça.

A construção dessas noções do juízo moral, extremamente significativas para as relações sociais, em uma sociedade democrática, somente poderá vir a ocorrer como conseqüência de uma ação pedagógica que tenha por objetivo a ultrapassagem da moralidade heterônoma para a moralidade autônoma.

A criança enquanto sujeito psicológico, epistêmico e social, vive em uma sociedade normativa e tem que se adaptar às normas, leis, regras, hábitos, costumes e valores que a regem.

Essa adaptação do ser humano à sociedade, na maioria das vezes, tem sido interpretada como sendo a obediência às leis vigentes. Não se leva em consideração o processo pelo qual se desenvolve e se constrói o respeito para com essas regras, normas, valores sociais e morais, extremamente necessários à uma convivência comunitária.

PIAGET(1948) compara essa forma de interpretação sobre a adaptação do indivíduo em seu meio social, ao ritual pelo qual o adolescente tem que se submeter nas sociedades tribais primitivas, para que seja considerado um adulto.

Ao descrever os costumes das tribos primitivas, faz uma analogia entre estes e a escola tradicional questionando se o fato dos educandos submeterem-se à "autoridade moral e intelectual do professor, bem como a obrigação de registrar a soma de conhecimentos indispensáveis ao bom êxito nas provas finais (p.51)", não se configuraria como

*...uma situação social funcionalmente bastante próxima dos ritos de iniciação e voltada para o mesmo objetivo geral: impor às jovens gerações o conjunto das verdades comuns, isto é, das representações coletivas que já asseguraram a coesão das gerações anteriores(p.52).*

Na perspectiva piagetiana, o desenvolvimento moral constitui um aspecto do desenvolvimento social, envolvendo diretamente o processo de construção das estruturas cognitivas que, por sua vez, resulta do processo de interação do sujeito e o meio físico e social no qual está inserido.

O mundo social é organizado e estruturado por meio da elaboração e do respeito às regras existentes na sociedade e que são transmitidas ou construídas pelo indivíduo, mediante o processo de interação entre pares. A transmissão do conjunto de

normas e valores caracteriza a existência de uma relação coercitiva entre o adulto e a criança, encobrindo, disfarçando e reforçando o egocentrismo. Esse relacionamento autoritário, no qual as crenças e as regras são impostas e adotadas sem questionamentos, perpetua uma relação de dominação que é totalmente pautada no respeito unilateral contribuindo, desta forma, para a formação de indivíduos heterônomos.

A construção, por sua vez, das regras sociais e morais, pelo indivíduo, define uma relação de cooperação entre os sujeitos, conduzindo-os à prática da reciprocidade e da generosidade por meio das trocas sociais, efetuadas no grupo. Percebe-se aqui a proposição de um controle recíproco, pautado na discussão sobre as regras e na justificação da necessidade das mesmas. Uma vez elaborado o código de regras, este deve ser respeitado e aplicado num ambiente no qual predomine a relação de cooperação contribuindo, assim, para a formação de indivíduos capazes de coordenar a sua interação social por meio das noções de igualdade, responsabilidade, direitos, deveres, equidade, justiça, entre outros.

A necessidade, portanto, de definir que tipo de educação moral, deve fundamentar a ação pedagógica é de importância primordial. Isso fica claro em KAMII(1981), quando afirma que:

*Si queremos que los niños desarrollen una moralidad autónoma, detemos reducir nuestro poder como adulto, abstenernos de recurrir a premios y castigos, y animarlos a que construyan sus propios valores morales.(...) La esencia de la autonomía es que los niños lleguen a ser capaces de tomar sus propias decisiones. Pero, la autonomía no es lo mismo que la libertad total. La autonomía significa tener en cuenta factores relevantes al decir cuál puede ser el mejor curso para una acción que concierne a todos. No puede haber moralidad cuando se consideran únicamente los propios puntos de vista. Si se consideran los puntos de vista de*

*los demás, no es libre para mentir,  
romper promessas y ser  
desconsiderado<sup>1</sup>. (p.6)*

KOHLBERG & MAYER(1972)

afirmam que tanto os teóricos educacionais, quanto os educadores precisam ter definido para si mesmos, a finalidade do processo educativo. Isso somente será possível por intermédio da contribuição conjunta de uma teoria psicológica e uma teoria ético-racional do desenvolvimento, as quais constituem o perfil de uma ideologia educacional definindo objetivos, conteúdos e métodos educacionais.

Estes autores, detêm-se na análise de três correntes da

2. As traduções das citações encontram-se no final do artigo

Ideologia Educacional no Ocidente: Ideologia Romântica; Ideologia da Transmissão Cultural e Ideologia Progressista.

A Ideologia Romântica tem como fundamento psicológico as teorias psicanalíticas, cujos teóricos freudianos, segundo KOHLBERG(1969), argumentam que a consciência moral é originada no superego, assemelhando-se ao conceito de caráter moral considerado como um conjunto de virtudes, tais como: honestidade, serviência e auto-controle.

O desenvolvimento moral, de acordo com este pressuposto teórico, é compreendido como um

comportamento que resiste às tentações, visando à sensação de bem estar que é provocada pelo sentimento de orgulho, de filiação e de amor próprio satisfeito.

A Ideologia da Transmissão Cultural, por sua vez, é uma ideologia que se infiltrou na educação ocidental, dando ênfase à transmissão de informações, regras e valores. O processo educativo é concebido como a instrução direta de tais informações, e a função da educação é transmitir conhecimentos, habilidades, regras sociais e morais da cultura dominante.

KOLHBERG(1969) afirma que esta ideologia tem por fundamento psicológico a teoria da Aprendizagem Social, segundo a qual educar é visto como a transmissão

*...dos dados culturais do passado à geração presente, aceitando que o conhecimento e o valor estão localizados na cultura, e depois são internalizados através da imitação dos modelos de comportamento dos adultos, das instruções claras e definidas, do reforço e da punição. (p.5-6)*

O autor observa ainda que para os teóricos da Aprendizagem Social

*...a estrutura básica de respostas complexas resultam da estrutura do meio ambiente da criança. Acredita que (...) as categorias de espaço, tempo, causalidade, sejam o reflexo de estruturas que existem fora da criança, estruturadas pelo mundo físico e social. (p.7-12)*

<sup>1</sup> TRADUÇÃO:

*Se queremos que as crianças desenvolvam uma moralidade autônoma, devemos reduzir nosso poder como adulto, deixando de recorrer a prêmios e castigos e incentivá-los a construir seus próprios valores morais(...). A autonomia tem como meta propiciar as condições para que as crianças se tornem capazes de tomarem suas próprias decisões. Entretanto, a autonomia significa considerar todas as perspectivas de um problema no momento em que temos que decidir qual será a melhor solução para uma ação que interessa a todos. Não pode haver moralidade uando se considera unicamente os próprios pontos de vista. Se considerarmos os pontos de vista dos outros, não somos livres para mentir, romper promessas ou sermos irresponsáveis. (KAMII,1981,p.6).*

Portanto, de acordo com essa visão teórica, a estrutura cognitiva é analisada como sendo o resultado ou a consequência da estrutura social sobre a criança, o que nos permite inferir que as respostas morais nada mais são do que um simples treino de discriminação do que é permitido e do que é proibido e, o

comportamento moral é controlado por punição e recompensa. A punição pode ser caracterizada como a retirada de privilégios, repreensão e castigos corporais. Em suma, a criança obedece normas, leis e regras para evitar punições ou obter recompensas.

A Ideologia Progressista tem como fundamento psicológico a teoria cognitivista e, de acordo com esse pressuposto teórico, o conhecimento é construído pela própria criança por meio de sua interação com o meio ambiente.

KOHLBERG(1969), ao afirmar que a estrutura cognitiva somente se desenvolve por intermédio de um sistema de trocas entre o organismo e o meio, esclarece que essa interação é marcada pela busca do equilíbrio e da reciprocidade entre a ação do organismo sobre o objeto e a ação do objeto sobre o organismo.

O desenvolvimento moral, de acordo com essa concepção teórica, é concebido como a construção da capacidade de tomar decisões conscientes, críticas e transformadoras, o que ocorre quando o indivíduo se torna capaz de compreender, além de conhecer, os valores existentes no seu grupo social.

Ao conhecer e compreender estes valores, o sujeito constrói a capacidade de discernir as diferenças qualitativas entre os seus valores individuais e os valores sociais, desenvolvendo, dessa forma, sua autonomia.

Para a teoria cognitivista o indivíduo é um sujeito epistêmico e cognoscente e, por isso, ele não é visto como alguém que internaliza passivamente os valores oferecidos pelos agentes sociais. É considerado um elemento que participa ativamente da elaboração e da construção da estrutura que caracteriza cada estágio do desenvolvimento.

STENGEL(1982), ao se deter na análise das divergências existentes, entre as três correntes da ideologia educacional afirma que:

*A forma como deve ocorrer a educação moral para a criança e, os valores a serem ensinados geram controvérsias entre pais e educadores. Algumas pessoas acreditam que certas condutas simples como aprender a compartilhar ou a dizer obrigado são suficientes. Outros se concentram no desenvolvimento da auto-estima. Outros ainda, acreditam que dando o máximo grau de independência possível às crianças, favorecerão o ajustamento social, chegando as crianças, por si mesmas, a elaborar sua própria organização. (p.32)*

E continua o seu raciocínio esclarecendo que as decisões sobre como disciplinar e ensinar os adolescentes, a conviverem dentro de uma sociedade normativa, devem ser embasadas no conhecimento do desenvolvimento moral, ou seja, no processo pelo qual os valores são construídos.

O conhecimento sobre o como ocorre a construção dos estágios morais, poderia contribuir para que pais e professores viessem a colaborar de forma significativa no processo do desenvolvimento da moralidade de seus filhos e educandos; proporcionando-lhes muitas experiências, a partir das quais as etapas do desenvolvimento cognitivo, social e moral seriam transpostas.

A não compartimentalização do desenvolvimento cognitivo, social e moral, fica claro em PIAGET(1948), no momento em que este autor estabelece um elo de ligação entre a educação intelectual e a educação moral, afirmando que

*...a educação constitui um todo indissociável, e não e pode formar personalidades autônomas no domínio*

*moral se por outro lado o individuo é submetido a um constrangimento intelectual de tal ordem que tenha que se limitar a aprender por imposição sem descobrir por si mesmo a verdade: se é passivo intelectualmente, não conseguiria ser livre moralmente... (p.61)*

Depreende-se da leitura de Piaget, que o educador ao oferecer as oportunidades para que os educandos possam efetuar tarefas ou trabalhos escolares, nas quais estejam implícitas as atividades de pesquisa, comparação e classificação, estará organizando um ambiente pedagógico no qual o sujeito torna-se capaz de construir as suas operações lógicas.

A construção das estruturas cognitivas, por intermédio da interação social, tem como resultado a construção da autonomia intelectual, social e moral pelo educando.

Portanto, o ambiente escolar deveria ter as condições para promover situações nas quais os educandos pudessem interagir entre si. Essa interação constituir-se-ia em um sistema de trocas de informações e perspectivas diferentes, que iria contribuir significativamente, para a construção do conhecimento, assim como para a elaboração e compreensão das regras, dos valores coletivos e dos sinais convencionais necessários à vida social.

Ao permitir que os alunos se organizem em grupos para a realização das tarefas escolares, pertinentes ao conteúdo que está sendo desenvolvido em sala de aula, o educador estará contribuindo para que seus alunos venham a trabalhar cooperativamente na resolução de problemas e, propiciando, ao mesmo tempo, as oportunidades para que eles possam vivenciar as necessidades da elaboração de regras de trabalho e de conduta, que devem ser respeitadas nas relações entre pares.

Essa estratégia de trabalho pedagógico poderá propiciar aos educandos, as oportunidades essenciais para que possam vir a vivenciar situações que impliquem a construção das noções de responsabilidade, cooperação, dever, direito, igualdade, reciprocidade, solidariedade, respeito-mútuo e justiça.

MORENO(1993) afirma que os conteúdos das propostas pedagógicas que estão contidas no currículo oficial, tratam de interesses intelectuais e sociais muito antigos, e a sua apreensão se transforma em um instrumento de poder muito importante. Segundo a autora esse poder intelectual aparece de forma cristalina quando

*...se utiliza el conocimiento como forma de sumisión, cuando se obliga al alumnado a aceptar como acto de fe aquello que no entiende, habituándole a substituir la razón por la creencia. Se manifiesta también cuando en la teoría o en la práctica pedagógica y psicológica, se confunde la rapidez con la capacidad intelectual...<sup>2</sup> (p.19)*

Essa situação poderá ser revertida, segundo MORENO, se o professores das escolas de primeiro e segundo grau deixarem de trabalhar com o conteúdo programático de forma estanque. Se este conteúdo vier a ser desenvolvido por meio de um tema que desperte o interesse do grupo; gerando conflitos e problemas que devem ser resolvidos pelo próprio grupo, a escola estaria cumprindo o seu papel na formação de pessoas conscientes, críticas, transformadoras e cooperativas.

Segundo PIAGET(1967), a cooperação no trabalho escolar é um procedimento

<sup>2</sup> TRADUÇÃO:

*...se utiliza o conhecimento como forma de submissão, quando se obriga os alunos a aceitarem como ato de fé aquilo que não entendem, habituando-os a substituírem a razão pela crença. Manifesta-se também, quando na teoria ou na prática pedagógica e psicológica, se confunde a rapidez com a capacidade intelectual.(MORENO,1993,p.19)*

pedagógico extremamente relevante para o processo de formação moral, à medida que

*...el trabajo suscita la iniciativa del niño se va haciendo colectivo, porque si bien el niño pequeño es egocêntrico y no se adapta a la cooperación, a medida que van creciendo los niños constituyen una vida social cada vez más estrecha. La libertad del trabajo en clase ha implicado generalmente la cooperación en la actividad escolar.(...) la cooperación en el más fecundo procedimiento de la formación moral<sup>3</sup> (p.34-35)*

De acordo com o pressuposto teórico piagetiano o educando é um ser capaz de construir conhecimento. Consequentemente, o educador é o elemento capaz de atuar no processo ensino-aprendizagem, por meio da proposição de situações-problema. Ou seja, o professor é um profissional que não exerce poder absoluto sobre o saber, mas, justamente por conhecer como ocorre o processo do desenvolvimento cognitivo, social e moral, ele se torna um elemento desequilibrador do processo de construção do conhecimento.

<sup>3</sup> TRADUÇÃO:

*...o trabalho contribui para que a criança, embora egocêntrica e portanto com dificuldade em cooperar no grupo, comece a tomar iniciativas. A liberdade do trabalho na classe, tem resultado, geralmente, em cooperação na atividade escolar (...); a cooperação é o mais fecundo procedimento da formação moral.(PIAGET,1967,p.34-35)*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- KAMII, C. **La Autonomia Como Finalidad de la Educación**. Chicago: Universidade de Illinois(texto mimeo., apresentado na UNICEF, 1981)
- KOHLBERG, L. **Estágio e Sequência: A Abordagem Cognitiva à Socialização**. IN, *Handbook of Socialization: Theory and Research*. Chicago: Round McNally, 1969.
- \_\_\_\_\_ e MAYER, L. **Desenvolvimento como Meta da Educação**. IN, *Harvard Educational Review*, número 42 y, 1972.
- MORENO, M. **Los Temas Transversales: Una Enseñanza Mirando Hacia Delant**. IN, *Los Temas Transversales: Claves De La Formación Integral*. Madrid: Santilliana S/A, 1993.
- PIAGET, J. **O Julgamento Moral na Criança**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1977 (1ª edição em 1932, França).
- \_\_\_\_\_. **Para Onde Vai a Educação?** Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1948 (1ª edição em 1942).
- \_\_\_\_\_. **A Representação do Mundo na Criança**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1926 (1ª edição).
- \_\_\_\_\_;PETERSEN, P.;WODEHOUSE, S. e SANTULLIANO, L. **La Nueva Educación Moral**. Buenos Aires: Editora Losada, 1967.
- \_\_\_\_\_;e HELLEN, J. **La Autonomia en la Escuela**. Buenos Aires: Losada, 1958 (edição original 1944).
- STENGEL, R.S. **Moral Education For Young Children**. IN, *The Journal Of The Association For The Education Of Young Children*. Spتمبر, 1982